

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS: OLHARES DOS BOLSISTAS DO PIBID DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Karen Menegaro Ferreira¹

Simone das Graças Nogueira Feltrin²

RESUMO

A finalidade deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Educação Física, apontando suas percepções relacionadas à inclusão escolar onde desenvolvem suas ações. O PIBID é um programa oferecido pelo governo federal, que proporciona aos bolsistas, vivência nas escolas públicas. A UNESC conta com nove subprojetos, dentre eles o subprojeto de Educação Física que possui 45 bolsistas, somente 38 participaram da pesquisa e 07 não participaram, pois os mesmos haviam entrado há pouco tempo no subprojeto. A metodologia utilizada é uma pesquisa de campo com a abordagem qualitativa e quantitativa, na qual foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas. Logo após, foi realizada a análise dos dados coletados o que nos permitiu constatar dos 38 bolsistas que participaram da pesquisa 66% responderam que na escola onde desenvolvem suas ações, possuem alunos com deficiência matriculados frequentando a escola e que, a inclusão tem acontecido nas aulas de educação física. É importante salientar, que este estudo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física e para que a pesquisa se efetivasse a mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética, sob o Parecer nº 1.313.162 /2015.

PALAVRAS CHAVES: Educação física; Escolas Públicas; Inclusão; PIBID; UNESC.

INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN PUBLIC SCHOOLS: LOOKS OF PHYSICAL EDUCATION PIBID SCHOLARS

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the results of a survey of fellows of the Institutional Scholarship Program Introduction to Teaching (PIBID) of Physical Education, pointing their

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física Licenciatura – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC). Endereço postal: Rua Turvo, nº 520 – Urussanguinha – Araranguá/SC. E-mail: karenferreira1802@hotmail.com

² Professora - (UNESC). Mestre em Educação (UNESC). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação Cultural e Sociedade. Endereço postal: Rua Carlos Martignago, nº 268 – Bela Vista – Urussanga/SC. E-mail: simonefeltrin@unesc.net

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
perceptions related to school inclusion, where they develop their actions. The PIBID is a program offered by the federal government, which provides scholarship, experience in public schools. The UNESC has nine sub-projects, including the subproject of Physical Education who has 45 fellows, only 38 participated in the survey and 07 did not participate, as they had entered recently in subproject. The methodology used is a field research with qualitative and quantitative approach, which was applied a questionnaire with open and closed questions. Soon after, it performed the analysis of the collected data which allowed us to observe the 38 scholars who participated in the survey 66% said that the school where they develop their actions, have students enrolled disabilities attending school and that the inclusion has happened in physical education classes. Importantly, this

1

study is the result of the work Completion of Physical Education Course and the research is actualize the same was approved by the Ethics Committee, under Opinion No. 1313162/2015.

KEYWORDS: Physical education; Public schools; inclusion; PIBID; UNESC.

PRIMEIRAS PALAVRAS

A inclusão é um processo recente no ambiente escolar, está relacionado à diversidade humana e como lidamos com as diferenças. Incluir, não é apenas colocar alunos com deficiência na escola, e sim refletir e criar novas possibilidades de aprender com a diferença, buscando a efetivação de uma escola com igualdade de direitos a todos.

Há uma preocupação, por parte de educadores e familiares com o processo de inclusão, pois nossa sociedade não sabe como lidar com essa nova realidade, existem muitas dúvidas em relação o que de fato é incluir um aluno no ambiente escolar? Será que este processo vem sendo concretizado? E a sociedade como os percebe?

Para compreender como este processo vem sendo concretizado nas escolas do ensino regular temos a seguinte problemática: qual a percepção dos bolsistas que participam do PIBID de Educação Física com relação à inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas? Diante disso o presente artigo tem como objetivo geral: Analisar a percepção dos bolsistas do PIBID de Educação Física em relação à inclusão nas escolas públicas, na qual desenvolvem suas ações.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Os objetivos específicos são: Verificar se a escola em que os bolsistas do PIBID desenvolvem ações possui estrutura física e materiais adequados/adaptados às aulas de educação física para alunos deficientes; apontar as dificuldades de incluir alunos com deficiência nas aulas de educação física; verificar se a inclusão escolar é um assunto abordado pelos bolsistas, supervisores e coordenadores do programa; e perceber se há inclusão nas aulas de educação física que são acompanhadas pelos bolsistas.

Como metodologia deste estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, que conforme Gil (2002, p. 53), “[...] no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo”.

Em relação ao instrumento da coleta de dados, foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas. Para Gil (1994, p.124) questionário é “[...] uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados em pesquisas sociais”.

O Comitê de Ética em Pesquisa e Humanos (CEP) da UNESC pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. E um parecer ético traduz a maneira pela qual o projeto de pesquisa foi analisado pelo comitê. Deste modo, a pesquisa realizou-se mediante aprovação do Parecer nº 1.313.162/2015, a qual os dados foram tabulados, possibilitando à análise a luz do referencial teórico, a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa.

Segundo Minayo (1998, p. 21) abordagem qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]”. E o autor Bicudo (2004, p. 104), aponta que a pesquisa quantitativa “[...] preocupa-se com a generalização, relacionada com o aspecto da objetividade passível de ser mensurável, permitindo a ideia de racionalidade [...]”.

Para a coleta de dados foi envolvido 45 bolsistas do PIBID de Educação Física da UNESC, sendo que 38 participaram da pesquisa e 07 estava há pouco

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
tempo no subprojeto, não conheciam ainda a escola pública e optaram em não participar da pesquisa.

Os questionários foram aplicados em um dos encontros do PIBID, que é sempre realizado aos sábados no mini auditório do Curso de Educação Física.

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas vem crescendo continuamente, assim, é de suma importância para educação a realização de pesquisas nesta área de atuação: educação física.

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física passou por vários períodos e adaptações ao longo do tempo, com o surgimento de novas necessidades, estas eram estudadas, discutidas e adaptadas para que novas práticas pedagógicas fossem formadas. Nos estudos encontram-se diferentes momentos históricos e algumas abordagens de como entendê-la, tendo por finalidades e propostas da Educação Física que conhecemos.

Com os avanços que foram surgindo, a legislação propiciou mudanças, para que possamos ter uma educação de qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei nº 9394/96, nos apresenta em seu artigo 26 parágrafo 3º que a Educação Física está integrada à proposta pedagógica da escola, e é um componente curricular obrigatório na educação básica.

Conforme o Coletivo de Autores (1992, p.50), a Educação Física hoje é entendida como “[...] formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”.

Quanto a Educação Física e as pessoas que possuem alguma deficiência Cidade e Freitas (2002, p. 27) afirmam que:

[...] a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

A inclusão é um processo importante em nossa sociedade, por estarmos vivendo em uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social está sendo cada vez mais ampliado e discutido. Conforme os anos se passam algumas mudanças e leis vão surgindo, para que a sociedade possa compreender que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos que todos.

Leonardo, Bray e Rossato (2009) apontam que a inclusão traz questões como: pouco investimento no sistema educacional; falta de infraestrutura que possa atender a todos, sejam especiais ou não; o preconceito e a discriminação.

Na busca de uma educação inclusiva, que promova a aceitação dos alunos com deficiência nas escolas, surgiu a Declaração de Salamanca em 1994. Neste período a inclusão se tornou um movimento social e prol da aceitação das diferenças, com práticas relacionadas à acessibilidade e educação de forma igualitária. A Declaração de Salamanca proclama que:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dado a oportunidade de atingir manter um nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. (BRASIL, 1994)

Os estudos realizados sobre a trajetória histórica da pessoa com deficiência deixam evidente a exclusão, não tinham oportunidade de conviver na sociedade, as pessoas não tinham conhecimento das deficiências, não aceitavam, pois, a cultura de cada época permitiu o abandono e a morte, daquele que não era “perfeito”. E hoje, como os tratamos?

Após movimentos sociais que reivindicaram uma sociedade sem discriminação, as pessoas com deficiência conquistam o reconhecimento de direitos e sua inclusão. Conforme o Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001 a convenção Guatemala realizada em 28 de maio de 1999, em seu artigo II “[...] tem por objetivo, prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade”. (BRASIL, 1999).

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, (2007, p. 3) as pessoas com deficiência têm os mesmos:

[...] direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais [...].

Neste sentido, todos os alunos precisam ser incluídos na escola, participar efetivamente das aulas de educação física, não é uma tarefa tão fácil, pois estamos historicamente inseridos numa cultura competitiva e excludente. Então, como incluir alunos com deficiência na Educação Física? Da Costa (2010, p. 895) afirma “[...] que a inclusão não é uma tarefa apenas de alguns; ao contrário, ela constitui-se numa ação educativa plural de todos e para todos”.

Um das estratégias para promover inclusão de alunos com deficiência na escola pública é através do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência que tem como um dos seus principais objetivos: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica. (BRASIL, 2014)

PIBID NA EDUCAÇÃO FÍSICA – UNESC: REFLEXÕES INCLUSIVAS

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/ PIBID, é um programa do Ministério da Educação, gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que oferece bolsas para os estudantes de licenciatura, para que estes desenvolvam estudos e ações em escolas da educação básica da rede pública de ensino.

Conforme o Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010 em seu art. 1º:

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação á docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação docente em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação pública brasileira. (BRASIL, 2010)

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
O PIBID na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) iniciou em 2013, ele é dividido em nove subprojetos que conta com a participação de 240 acadêmicos de licenciatura. Dentre eles, há o subprojeto de Educação Física que conta com 45 acadêmicos bolsistas, mais seis bolsistas supervisores (professores da escola) e três bolsistas coordenadores de área (professores do curso de Educação Física).

Destaca-se que dos nove subprojetos do PIBID, o curso de Pedagogia possui um subprojeto com foco na inclusão de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Neste sentido, acredita-se que em todos os subprojetos da UNESC tem-se discutido e refletido sobre o processo de inclusão social, pois a universidade tem um Programa Institucional de Educação Inclusiva, e 69 acadêmicos deficientes no nível superior.

De acordo com o Projeto Institucional da UNESC (2013, p.3)

O PIBID tem-se consolidado como um programa de grande importância para a instituição, de modo particular, para os cursos de licenciatura, pois, a partir dele, vem se “constituindo ações exemplares de valorização do magistério e executado pelas universidades, viabilizado por meio da distribuição de bolsas a três segmentos: licenciandos, professores da rede pública e professores de universidades”.

Este programa é uma oportunidade para que o acadêmico adquira conhecimentos e possa trocar experiências, no ambiente escolar, sob a orientação do professor supervisor da escola.

De acordo com o Projeto Institucional UNESC (2013) as ações da educação física são leituras de documentos oficiais, como a Proposta Curricular de SC; Proposta Curricular do município de Criciúma; Projeto Político Pedagógico da escola, e também a leitura do plano de aula do professor supervisor; observação e o registro das aulas com a elaboração de um diário de campo; realizar um estudo teórico na área da educação física, a partir da proposta crítico- superadora; formação de grupos de estudo; planejamento co-participativo de aulas; organização de eventos esportivos e recreativos e também a avaliação escolar das aulas de educação física.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

A educação física tem por finalidade transformar a sociedade e também contribuir para uma proposta inclusiva, pois, esta faz com que os alunos reflitam sobre as ações do ser humano, compreendendo as questões das diversidades, as diferenças de cada um, promovendo ações e reflexões, que contribuam para as pessoas com deficiência que irão estar matriculados na escola. (RECHINELI, PORTO E MOREIRA, 2008)

O PIBID permite que os acadêmicos reflitam sobre o desafio de ensinar e aprender em escolas públicas, sobretudo, correlacionando entre a teoria e a prática - possibilidades de respeito às diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PIBID tem importante papel, quando pensamos em inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas, viabilizando a aprendizagem com ações significativas ao seu desenvolvimento. Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar a concepção dos acadêmicos bolsistas PIBID - Educação Física, com relação ao processo de inclusão nas escolas públicas, compreendendo cotidiano escolar como espaço de transformação da sociedade, que inclui mas exclui.

É importante destacar que o referido estudo, contou com depoimentos significativos de 38 dos 45 bolsistas do PIBID de Educação Física da UNESC. Para efeito de sigilo os bolsistas serão denominados B1, B2, B3 e assim sucessivamente.

Para elucidar os dados coletados aponta-se o perfil dos bolsistas PIBID - Educação Física, participantes da pesquisa, sendo o maior percentual do gênero masculino com 53% e 47% feminino. A faixa etária dos bolsistas varia de 18 a 34 anos, mas o grande percentual está entre 20 a 21 anos. Dos 38 bolsistas, doze tem 20 anos e oito 21 anos. Isso significa que há grande possibilidade de terem concluído o ensino médio e logo ingressado o ensino superior.

Quanto à fase da graduação que os bolsistas frequentam, foi analisado que não há acadêmicos de 2ª fase, ficando muito evidente de 6ª fase com 42%; 8ª fase com 26%; 5ª fase com 13%; 7ª fase com 8%; 4ª fase com 5%; 1ª e 3ª fase com 3%.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Há bolsistas que participam do PIBID há quase dois anos, e há os que iniciaram há um mês, pois sempre que um bolsista deixa de fazer parte do programa outro pode ingressar. Foi possível perceber que a maioria está aproximadamente há um ano e meio com 29%; dois anos com 24%; seis meses com 18%; um ano 8%; sete meses 5%; dois meses 5%; um ano e nove meses 5%; três meses 3%; e um mês temos 3% dos bolsistas.

Os bolsistas são divididos em grupos para as 06 escolas, os mesmos planejam e executam ações cumprindo com a carga horária de 4h na escola, supervisionados pelo professor habilitado em Educação Física. Das escolas que os bolsistas participam 74% são municipais e 26%, estaduais, todas no município de Criciúma-SC, sendo que 55% dos bolsistas desenvolvem ações no ensino fundamental - 1º ao 5º ano; 26% estão no ensino fundamental - 6º ao 9º ano e 19% dos bolsistas estão na educação infantil. Além de participar das ações na escola, os bolsistas se encontram com coordenadores e professores supervisores, refletindo e avaliando as ações realizadas, bem como estudos dirigidos e planejamentos, cumprindo com mais 4 horas.

Atualmente a legislação brasileira garante o acesso e permanência do aluno com deficiência incluído na rede regular de ensino, com a intenção de promover a educação inclusiva. Sendo assim, foi questionado aos bolsistas se as escolas possuem alunos com deficiência, a qual se obteve os seguintes dados: dos 38 bolsistas que participaram da pesquisa, 66% responderam que a escola onde desenvolvem as ações, possui alunos com deficiência matriculados e frequentando a escola; 18%, responderam que na escola não possui alunos com deficiência; e 16% não souberam responder.

A rede de ensino municipal de Criciúma-SC possui estagiários para acompanhar os alunos com deficiência nas escolas, geralmente acadêmicos de universidades. Ao ser questionado se os bolsistas possuem experiência como estagiário/monitor de alunos deficientes: 55% responderam que não; 42% responderam que sim e 3% dos bolsistas não apontaram resposta.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Precisamos compreender o processo de inclusão, todas as pessoas têm o direito de ter as mesmas oportunidades na sociedade, e este processo está difícil de ser efetivado por parte da sociedade.

Ao questionar os bolsistas sobre o seu entendimento de inclusão B1, B8 e B10 dizem que *“inclusão é trazer o deficiente para sociedade [...]”*; B9 afirma que *“inclusão, tem que ser mais do que a criança estar na sala de aula, isto é apenas interação, para inclusão acontecer o aluno tem que ser atendido em todas as suas necessidades e possibilidades”*; Já o B2 nos traz que *“não basta incluir o aluno no mesmo espaço pedagógico, e sim adaptar maneiras facilitando a adaptação do mesmo do meio inserido”*; Para o B28 *“inclusão é quando conseguimos colocar todas as pessoas “normais” ou “deficientes” em estado igual, sem preconceito para realizar uma determinada atividade”*; E B37 ressalta que *“[...] inclusão é quando colocamos em justiça e igualdade todo e qualquer aluno independente das condições físicas ou psicomotoras deles no ambiente escolar. Mas infelizmente é o que não vemos no dia a dia da escola”*.

B30 diz que inclusão *“é proporcionar a todos independente da sua condição o direito de viver, de ir e vir, de poder usufruir, buscar, almejar o que é de seu interesse”*.

Os questionados B24, B13 e B12, usam o termo *“acolher”*, sendo assim inclusão para estes bolsistas é saber *“acolher as pessoas”*, nem todos que acolhem, incluem. Como podemos ver Cidade e Freitas afirmam que (2009, p.46) *“[...] a educação inclusiva percebe a diversidade, não somente aceitando e acolhendo, mas sim valorizando as diferenças”*.

O B19 traz que *“[...] incluir o aluno não é planejar a aula somente pensando nele, porém ele deve participar da aula como conseguir”*. Concordamos com o mesmo, pois planejar a aula somente para um aluno, automaticamente o professor acaba excluindo os demais alunos.

E quando questionados se a estrutura física e os materiais são adaptados e adequados para as aulas de educação física, 42% dos bolsistas colocaram que sim; 26% não; 29% apontaram que parcialmente são adaptados e adequados; e 3% dos bolsistas não responderam a pergunta.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
B24 diz que *“infelizmente na escola não existe nada adaptado.”*; Já o B17 diz *“possui poucas estruturas físicas e materiais adaptados, não é suficiente para a inclusão destes alunos”*; O B30 afirma que *“sim, possui uma ótima estrutura”*; o pesquisado B16 aponta *“parcialmente, a estrutura deixa desejar, materiais adaptados não são encontrados na escola”*; e o B10 ressalta que *“não possui rampa de acesso, tanto na entrada quanto nos demais setores como: direção, sala de aula, informática, banheiros, porém as portas são adaptadas para cadeirantes, mas o banheiro que seria para os mesmos virou depósito”*.

O sistema de educação deve promover um ambiente acessível e adequado para que possam atender a todos em suas diversidades, eliminando então os obstáculos e barreiras arquitetônicas. Para haver uma inclusão de qualidade é necessário uma estrutura física e materiais adaptados e adequados para o desenvolvimento de todos os alunos que da escola fazem parte.

O bolsista B22 afirma que:

há falta de estrutura escolar, pois nem todas possuem a estrutura adequada para um deficiente, dificultando o professor e o próprio aluno. Ressalto também que, nem toda escola, digo-a como um todo, possui inclusa a importância de um deficiente perante a nossa sociedade, deste modo, o deficiente passa como apenas “mais um” dentro de todo contexto escolar, comunidade, e ao olhar de pais, alunos, e aos próprios professores. (B22)

A Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabelece o direito da acessibilidade aos alunos com deficiências, *“mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação”*. (BRASIL, 2000).

Os bolsistas também apontaram algumas dificuldades de incluir alunos com deficiência nas aulas de educação física, como: *falta de materiais adequados; estrutura física; segundo professor; profissionais especializados; turmas numerosas*.

Cidade e Freitas (2009) trazem que não existe nenhum método pronto e acabado da educação física que se aplique na inclusão, o professor sabe e pode realizar diversos procedimentos para remover as barreiras encontradas, pesquisando e planejando ações inclusivas com diferentes atividades da Educação Física.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Ainda sobre as dificuldades, o questionado B4 aponta “a falta de conhecimento de *“como incluir”*”; Já o B23 diz que “[...] a pouca ou nenhuma experiência do educador com pessoas com deficiência, não conhecem a deficiência específica”; O B33 ressalta que uma das dificuldades é “a de o professor não estar capacitado e não buscar conhecimentos sobre a inclusão [...]”; B37 aponta que “[...] a principal dificuldade está na falta de preparo do professor, porque a criança não tem culpa, e ela tem direito de ser incluída e não excluída que é o que acontece”.

O docente precisa buscar entender a deficiência do aluno e a partir desse conhecimento saberá desenvolver as atividades que possibilitem a inclusão e aprendizagem. Os alunos que possuem alguma deficiência podem realizar ou desenvolver as atividades, não necessariamente da mesma forma de desenvolver dos outros, mas pode ser feito adaptações, incluindo estes alunos diante as atividades desenvolvidas. Leonardo, Bray e Rossato (2009, p. 298) apontam que “[...] o que está dificultando o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular são, o despreparo dos profissionais e a infraestrutura das escolas, insuficiente para receber e atender esses alunos”.

A inclusão não depende apenas do professor, e sim de um conjunto de ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar, desde a formação inicial até a continuada, embasando teoricamente as suas práticas.

[...] não é possível disseminar a ideia de que a culpa pelo fracasso da inclusão na escola, nos esportes e no lazer é somente dos (as) docentes. Obviamente que não, afinal, a ação educativa não é uma tarefa apenas do corpo docente. Há na escola, outros segmentos também responsáveis pela inclusão [...]. (DA COSTA, 2010, p. 895)

Ao questionar se nas aulas de educação física, que os bolsistas acompanham, possuem alunos com deficiência, 50% dos bolsistas responderam que sim e 50% que não. Dos 50% que responderam que sim, apontaram que há deficiências como, Síndrome de Down; Deficiência Intelectual, Autismo; TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

Ainda dos 50% que responderam sim, 37% apontaram que os alunos com deficiência possuem estagiário; 10% segundo professor (rede de ensino estadual) e

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
3% não têm estagiários e nem segundo professor. Sendo assim temos um maior percentual de estagiários auxiliando o aluno com deficiência.

Ao inferir como os professores estão lidando com alunos deficientes na escola, o questionado B16 nos diz que o professor *“nunca está em contato com ele, sempre distante”*; Já o B6 traz que *“o professor lida com o aluno da mesma maneira que lida com os outros”*; O B29 afirma que o professor *“trata de forma normal e dando sempre possibilidade de sugestão e opinião por parte dele”*; E o bolsista B18 diz que *“pacientemente, buscando com que o aluno participe efetivamente das aulas, ajudando no que pode”*.

Analisando as falas dos bolsistas percebemos que tem professores que ainda precisam compreender o processo de inclusão como um respeito às diferenças, que não há mais turmas homogêneas para ensinar e aprender. Da Costa (2010, p. 896-897) nos diz para que “[...] a inclusão possa ocorrer, é imprescindível que os (as) docentes possam se preparar, se qualificar e se habilitar para que na escola a inclusão do deficiente, do estranho, do dessemelhante não se constitua em obstáculos ao ensino”.

Quando questionado aos bolsistas de como vem acontecendo as aulas de educação física, muitos afirmam, *de forma tranquila e que muitos dos alunos estão sendo incluídos nas atividades*. Como podemos ver B29 diz que *“de forma tranquila e todos interagem com os deficientes”*; Já o B20 diz que *“o aluno participa de acordo com suas limitações”*; Para o B6 *“de maneira normal, pois o mesmo objetivo das aulas para os “normais”, são para os com deficiência”*; E o B17 ressalta que *“as aulas ocorrem tranquilamente, sendo que a aluna portadora de deficiência participa de todas as atividades, sem que as mesmas sejam adaptadas, mas tem a supervisão da estagiária.”*

Dependendo do grau da deficiência, incluir os alunos nas aulas de Educação Física não é uma tarefa tão fácil, mas penso que é possível, desde que se tenha um segundo professor; materiais adequados/adaptados; e um espaço acessível. As aulas devem ser planejadas propiciando possibilidade a todos, respeitando as diferenças.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Como vimos em Rechineli, Porto e Moreira (2008) frente ao discurso da diversidade, não se pode mais pensar em uma única forma de Educação Física, mas em múltiplas formas de trabalhar; uma Educação Física que esteja atenta às diferenças, no sentido de atendê-las.

Quando questionado aos bolsistas sobre a primeira ação que o professor deve fazer quando tem aluno com deficiência na aula de educação física, o B3 aponta que o professor *“deve estudar e conhecer a deficiência do aluno para saber quais possibilidades este estudante tem para aprender e criar possibilidades com o mesmo”*; Já o B37 diz que o professor *“deve se preocupar com o seu planejamento, dando condições para que o aluno de fato participe da aula normalmente e adquira o conhecimento a qual está sendo trabalhado”*; Para o B17 o professor deve *“saber o grau da deficiência, se o aluno tem algum monitor e junto deste contribuir com conversas que possam ajudar o aluno, professor e monitor durante as aulas”*.

A partir das falas dos bolsistas analisamos que fica evidente que a primeira ação do professor é *“conhecer a deficiência do aluno”* para conseguir realizar seu planejamento, para que consiga incluir nas atividades propostas. Da Costa (2010, p. 896) ressalta que *“[...] a Educação Física, quando planejada no contexto da escola, atrai a atenção de todos, inclusive das pessoas com deficiências que estão incluídas no ensino regular”*.

Ao questionar os bolsistas - qual é a sua percepção em relação aos alunos com deficiência nas escolas públicas, e como vem se concretizando a inclusão dos mesmos, muitas das respostas se aproximaram. Apontaram que *“ainda existe um preconceito, temos a questão de ser um estagiário para auxiliar o aluno, e também alguns dos bolsistas afirmam que o que está ocorrendo hoje não é de fato a inclusão e sim a exclusão”*. B32 aponta que *“[...] muitas vezes o que acontece é uma exclusão, principalmente nas escolas públicas, pois não existem profissionais capacitados para a aprendizagem do deficiente”*; O B7 afirma que *“[...] as escolas públicas não estão preparadas”*; Já o B11 aponta que *“[...] a inclusão hoje está muito a desejar, estar no papel é muito bonito, mas na prática é diferente”*.

O bolsista B3 aponta que *“atualmente não vem se concretizando a inclusão, pois não é só incluí-lo na turma, mas deveria ser a inclusão de acesso ao*

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 *conhecimento*”. Diante disso temos que pensar que não é apenas incluir o aluno dentro da sala de aula, e sim temos que criar e pensar métodos de como incluí-lo junto aos demais colegas, para que não ocorra a exclusão.

O B24 relatou que vem se concretizando *“de forma muito indelicada, pois acho que a inclusão é um jogo do governo para dizer que existe. Mas sabemos que na grande maioria das escolas a inclusão realmente não existe”*.

Já o B22 diz que *“[...] tudo acontece a partir de um processo, portanto houve melhoras, tanto nas estruturas quanto no conhecimento dos professores, o aceite da comunidade escolar entre outros, porém ainda há muito que mudar e evoluir”*; E o B13 também aponta que *“[...] vem se desenvolvendo, mas ainda temos um longo caminho a seguir, tanto os alunos quanto os professores”*.

Já B37 abordou uma questão muito importante referente à inclusão nas escolas que é a contratação dos estagiários para auxiliar os alunos em sala de aula e que muitos bolsistas atuam, também.

[...] a inclusão esta muito longe do que deveria ser, mas tenho que reconhecer que já estiveram pior, muitas coisas se explicam quando pegamos como exemplo apenas um ponto, como: a contratação de estagiários para acompanhar os alunos dentro de sala, dando praticamente uma função de babá para eles sem responsabilidade nenhuma com o aluno. Apenas estão ali para acompanhar e muitas vezes esse estagiário não gosta e acima de tudo não está nem um pouco preparado para lidar com os alunos, e o que é pior ainda na prática, é o fato do professor de sala tratar como se ele fosse o responsável pelo aluno. Isso explica apenas uma questão das várias que estão acontecendo para que a inclusão não ocorra de fato. (B37)

A inclusão para os alunos com deficiência nas escolas públicas, ainda falta muito para se efetivar, e que muitas escolas apenas têm seus alunos dentro do ambiente escolar. Não devemos pensar apenas na socialização, devemos querer mudanças no aprendizado do aluno, possibilitar que o mesmo participe de forma igual aos demais colegas.

Leonardo, Bray e Rossato (2009, p. 305) apontam *“[...] que as pessoas com algum tipo de deficiência, até o momento, conseguiram apenas o direito de acesso à escola regular, pois a sua permanência está distante de se concretizar numa escola com ensino adequado e de qualidade”*.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Devemos considerar que muitas coisas vêm mudando, e já surgiram algumas adaptações da estrutura física nas escolas e alguns dos professores buscam compreender como incluir os alunos. Sabemos que é preciso debates, reflexões e pesquisas, a respeito desse processo, e esperamos que aos poucos, seja concretizado dentro do ambiente escolar, pois todos nós devemos respeitar as diversidades.

Leonardo, Bray e Rossato (2009, p. 305 e 306) nos fazem refletir que “[...] não temos a sociedade ideal para vivenciar “inclusões”, mas, por outro lado, não podemos esperar que essa sociedade se concretize para então incluir ou pensarmos na possibilidade de inclusão”.

Quando questionado aos bolsistas, se os professores estão sendo “preparados” para receber alunos que possuem deficiência no ensino regular, 74% dos bolsistas responderam que não, e 26% responderam que apenas alguns dos professores estão sendo preparados.

O B3 aponta que *“alguns sim, pois fazem cursos de formação continuada, mas há professores que não estão preparados para receber esses alunos”*; o B38 diz que *“acredito que estão, porém é uma formação muito “fraca” pela demanda que se tem atualmente”*; e o B17 traz que *“há uma “preparação” durante a graduação, mas não suficiente para que o professor seja totalmente apto para o recebimento destes alunos em suas escolas”*; B9 afirma que *“os professores não tem apoio das autoridades para uma formação continuada, para que possam receber estes alunos”*; B30 aponta que *“não, na maioria das vezes os professores não estão preparados, pois não tem uma capacitação para trabalhar com alunos que possuem deficiência no ensino regular”*.

Todas as escolas devem estar preparadas para receber alunos, e podem tomando a iniciativa com algumas palestras, abordando os tipos de alunos com deficiência, só assim a inclusão irá começar a se efetivar, recebendo orientações pedagógicas para de fato incluir todos.

Ao inferir os bolsistas se a inclusão é um assunto abordado pelos bolsistas, supervisores e coordenadores do programa, 53% dos pesquisados responderam que sim e 47% responderam que não. O bolsista B10 traz que *“na escola esse*

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 *assunto é abordado sim, tanto pelos bolsistas, quanto pelos supervisores*"; B32 afirma que esse assunto é abordado “[...] *durante as reuniões na escola, e nos encontros do grupo no Pibid*”; O questionado B17 ressalta que *“em algumas situações, quando necessário”*. Já o B30 diz que *“é um pouco abordado, mas nem tanto, acredito que deveria ser um pouco mais debatido sobre isso no Pibid”*; e o B8 aponta que *“infelizmente não”*.

Os bolsistas do PIBID de Educação Física estão distribuídos em seis escolas do ensino regular, sendo estas municipais e estaduais do município de Criciúma/SC. Os níveis de ensino são: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

O PIBID tem por objetivo qualificar a formação inicial dos acadêmicos dos cursos de licenciatura, dando oportunidade para que os mesmos possam estar dentro do ambiente escolar, proporcionando uma visão real do cotidiano escolar, conhecendo outras formas de ensino.

Sabemos que cada escola tem sua realidade, algumas com alunos deficientes e outras não. O subprojeto possibilita aos bolsistas abordarem todos os tipos de dificuldades e facilidades que encontram dentro do ambiente escolar, fazendo com que os mesmos troquem experiências durante a sua iniciação à docência.

Sobre as contribuições que o PIBID oferece na formação dos bolsistas, a maioria das respostas se aproxima em *“contribuir para conhecer a realidade das escolas”* e também terem um *“aprofundamento do teórico e vivenciar na prática”*. B22 aponta que: *“contribui positivamente na minha formação inicial e no meu encontro do “ser professor”, pois me apresenta o conhecimento científico vinculado á realidade da escola, o que a formação inicial apenas não da conta, não tanto como o programa”*.

Já o bolsista B10 diz que a principal contribuição é: *“[...] a valorização profissional enquanto docente, onde nos permite ter experiências nas redes escolares, e com a realidade educacional, pois muitas vezes acadêmicos recém graduados terão ali sua primeira experiência”*.

O pesquisado B37 aponta que:

O Pibid na verdade me da à condição de estar dentro do ambiente escolar, podendo intervir com o auxílio de um professor formado, sem ter a

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
responsabilidade de um professor que trabalha todos os dias e precisa do serviço para sustentar sua família, dando-me um espaço para poder colocar em prática aquilo que aprendo da teoria, fazendo a práxis com o mundo real. (B37)

E o B26 nos afirma que o PIBID contribui na *“experiência, pois não neste ano, mas no ano anterior trabalhamos com um aluno deficiente, e no Pibid podemos aprender e estudar caso a caso”*.

A partir dos bolsistas percebemos que este programa contribui positivamente na formação dos acadêmicos e para uma educação de qualidade aos alunos das escolas da rede pública. Os bolsistas realizam estudos, tanto no coletivo quanto no individual, para que mudanças sejam ocorridas, e que novas estratégias de ensino sejam aplicadas, havendo um melhor aprendizado do aluno, e que efetivamente seja concretizada uma educação de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção nesse artigo foi analisar como a inclusão está sendo inserida nas escolas públicas. Partindo desse ponto a pesquisa nos mostra que há um percentual muito grande de alunos com deficiência nas escolas, sendo necessárias que algumas adaptações sejam feitas para que a inclusão não seja mais um obstáculo na educação, possibilitando então, condições de aprendizado para os mesmos. De acordo com a pesquisa algumas escolas são adaptadas, porém ainda há escolas que precisam de uma estrutura física adequada e materiais adaptados para as aulas de Educação Física.

Existem vários problemas que dificultam a inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas, as dificuldades mais apontadas na pesquisa foram a falta de estrutura física, materiais adaptados, o despreparo dos profissionais para trabalharem com esses alunos e a contratação de estagiários.

A imparcialidade no processo de inclusão é algo notório e que muita coisa ainda há de mudar para que se estabeleça dentro do ambiente escolar, pois o que presenciamos muitas vezes é um processo imparcial e injusto quanto à efetiva inclusão deste aluno.

Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

A legislação vigente é bem clara em relação à inclusão dos alunos com deficiência, pois é um direito de todo cidadão frequentar a escola do ensino regular, e que tenham um ensino de qualidade.

De acordo com a pesquisa constatamos que a inclusão vem ocorrendo nas aulas de Educação Física nas escolas que os bolsistas do PIBID participam, e a inclusão é um assunto abordado no programa por alguns, tanto nas escolas quanto nos encontros, porém vimos que alguns dos bolsistas sentem a necessidade desse processo ser mais debatido.

É necessário salientar que o PIBID pode beneficiar muito para o processo de inclusão na Educação Física, pois, os bolsistas podem construir novos métodos para incluir o aluno com deficiência nas aulas, compreender quais dificuldades no aprendizado do aluno, já que estão tendo a oportunidade de estar conhecendo/vivenciando a realidade escolar, e que conseqüentemente acabam por conhecer as diferenças.

Poder refletir sobre esse assunto ainda na graduação, é uma oportunidade única, pois, o quanto antes os acadêmicos se derem conta que há possibilidade de ter alunos com deficiência nas escolas e nas aulas de educação física, melhor será o desenvolvimento deles com essa diversidade.

REFERÊNCIAS

BICUDO, Maria Aparecida V. **Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa segundo a abordagem fenomenológica**. In: BORBA, Marcelo de C. et al. Pesquisa qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Convenção da organização dos estados americanos. Brasília. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm>. Acesso em: 08 set. 2015.



Uniahee
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



_____. Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº2, ago/dez 2019.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
_____. **Decreto nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Decreto nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Declaração de Salamanca.** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> Acesso em: 01 mai. 2015.

_____. Pibid - **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Fundação Capes Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>> Acesso em: 19 abr. 2015

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola.** Integração, v. 14 – Edição Especial - *Educação Física Adaptada* -, p. 27-30, 2002.

_____. **Introdução à Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência** – Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

DA COSTA, Vanderlei Balbino. Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. **Rev. Motriz**, Rio Claro, v.16, n.4, p.889-899, out./dez. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; BRAY, Cristine Toller; ROSSATO, Solange Pereira Marques. Inclusão escolar: Um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. **Rev. Bras. Esp.**, Marília, v.15, n. 2, p. 289-306, mai/ago. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 8 ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

RECHINELI, Andréa; PORTO, Eline Tereza Rozante; MOREIRA, Wagner Wey. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da Educação Física. **Rev. Brasileira de Educação Especial**, v.14, n.2, p. 293-310, mai./ago. 2008.

UNESC / UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Proposta Edital nº 61/2013. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Criciúma, 2013.

Recebido 30 de novembro 2018

Aprovado 25 de maio de 2019.